

***Mort, tu l'es déjà* – a figura da morte e o espaço da literatura em Maurice Blanchot**

Aline Magalhães Pinto*

O escritor e ensaísta francês Maurice Blanchot foi um dos personagens mais interessantes da intelectualidade francesa do século XX. As relações que manteve, nos anos 30, com a extrema-direita francesa são objeto de bastante debate e foram bastante nuançadas pela postura adotada pelo intelectual durante a guerra e sobretudo no pós-guerra. Aliás, o autor de *L'espace Littéraire* é uma das figuras centrais na elaboração do discurso do pós-guerra europeu e seu trabalho é fonte de inspiração para os maiores nomes da filosofia francesa da década de 1960, entre eles, Foucault, Derrida, Deleuze. Debruçando-se filosoficamente sobre o mundo das artes, Maurice Blanchot construiu uma reflexão inquieta e instigante sobre a escrita literária. Pensar a literatura para Blanchot, a partir do final dos anos 1940, significou explorar a força cáustica, volátil e volatizante do discurso literário e projetar o entendimento dessa força em um mundo já sem fundamentos.

Blanchot está longe de estar isolado. Neste momento, a “questão da literatura” é um ponto concentrado de incertezas, uma tensão compartilhada pela intelectualidade francesa do imediato pós-guerra. O fecundo debate intelectual no qual se insere Blanchot pode ser atestado pela circulação de revistas como *Esprit* e a *Tel Quel* e, principalmente, *Les temps modernes* fundada por J-P Sartre em 1945 e *Critique* criada por Georges Bataille em 1946. Embora mais próximo da *Critique*, Blanchot esteve ligado tanto a ela quanto a *Les temps modernes* como membro do comité de redação, publicando em ambas vários artigos. Nas páginas dessas revistas estão impressas as discussões que aconteciam nos cafés, nas universidades, nos encontros nas casas dos escritores e editores¹. Ao fundo, encontram-

se as incertezas em relação ao futuro da cultura francesa e europeia, em que pensadores e escritores reveem sua função numa sociedade descrente e desamparada.

Em “*Qu'est-ce que la littérature?*” publicado em 1947 em *Les Temps modernes*, Sartre elabora a exigência de que a literatura cumpra no mundo uma função social que não seja puramente de fruição estética. A questão capital para ele seria como pensar uma literatura que, sem perdas estéticas, estivesse totalmente engajada no mundo político. Blanchot se posiciona em oposição à “literatura engajada” proposta por Sartre. O ensaio que vamos analisar, *La Littérature et Le droit à la mort*, está inserido neste contexto. Publicado em duas partes, ambas pela *Critique*, a primeira em novembro de 1947 sob o nome de *La règne animal de l'esprit* e a segunda parte, em janeiro de 1948, na edição sobre Bataille, sob nome *La littérature et le droit à la mort*. Sob este nome a reunião dos dois textos fecha o volume de *La part du feu* de 1949.ⁱⁱ

Ao discutir o espaço da literatura e da ação política do mundo, Blanchot responde a Sartre em defesa da natureza ambígua e misteriosa da palavra escrita. Desta forma, ao invés de ver o duplo sentido em torno da palavra escrita como uma “doença” que o escritor deve combater, Blanchot sugere que a incerteza e a dúvida que pairam sobre o texto literário permitem ao leitor desenvolver um diálogo sincero com o texto, através das leituras, interpretações, infinitas conversas.

Já nas primeiras linhas Blanchot declara: “A literatura se edifica sobre suas ruínas: esse paradoxo é para nós um lugar-comum”.ⁱⁱⁱ Com esta declaração, o crítico francês reconhece no surrealismo literário, para Blanchot, a realização de uma tarefa fundamental: fazer com que a literatura realizasse sua própria irrealidade. Combinando um poderoso movimento negativo e uma grande ambição criadora, no surrealismo: “A literatura, por um instante, coincide com o nada, e imediatamente ela é tudo e tudo começa a existir: grande prodígio.”^{iv}

Contudo, para Blanchot, a despeito da importância do surrealismo e dos movimentos literários da alta modernidade, eles não são responsáveis pela força corrosiva da literatura. O intento deste artigo é mostrar a argumentação mobilizada por Blanchot para construir uma tradição literária que tem o momento da revolução francesa e a escrita de Sade como ponto de irradiação da força de negatividade da literatura moderna na França.

La littérature et le droit à la mort é um texto inspirado pelas leituras da filosofia hegeliana de Kojève e de Jean Hyppolite. Percorremos o texto, focando os pontos de diálogo entre Hegel e Blanchot, para mostrar como - na transposição para literatura da lógica de entendimento que Kojève, especialmente, imprimiu ao sistema hegeliano^v – Blanchot constrói *certa* interpretação da Revolução francesa e do Terror para criar uma tradição literária: a tradição da negatividade, encontrando em Sade uma figura de emergência. Toda transposição supõe um deslocamento que diferencia, e nesse sentido este trajeto permitirá também a singularização do hegelianismo de Blanchot.

Para Blanchot, aquele que escolhe ser literato se condena a permanecer imerso numa teia de contradições. Enquanto Hegel trabalha as contradições tendo em consideração a obra humana em geral, Blanchot transporta a noção de contradição para a atividade da escrita literária e explora as consequências deste deslocamento:

O indivíduo que quer escrever é impedido por uma contradição: para escrever, precisa de talento para escrever. Mas nele mesmo os dons não são nada. Enquanto não se puser à mesa e escrever uma obra, o escritor não é escritor e não sabe se tem capacidade para vir a ser um. Só terá talento após ter escrito, mas dele necessita para escrever.^{vi}

Para o escritor, a consciência de si e da obra vêm da obra. Antes de escrever, mesmo o maior dos talentos é apenas

inefetividade. Não importam as circunstâncias, o momento de começar a escrever é sempre fundamental. A escrita rompe a inefetividade. Sem a obra, não há nada além de um problema: a impossibilidade de escrever. A tautologia é explícita: antes de escrever não há escritor.

Sem o respaldo da filosofia hegeliana, esta afirmação seria absolutamente redundante e inútil. Por isso é preciso lembrar que o Começo na *Fenomenologia do Espírito* assume uma posição de relevo: o Começo não deve pressupor nada, não deve ser mediatizado por nada, nem ter um fundamento; ao contrário deve ele mesmo ser o fundamento. Deve ser absolutamente um imediato, ou antes apenas a imediatividade mesma. O começo é o ser puro.^{vii}

Quando Blanchot se refere ao começo da escrita de uma obra isto significa dizer, portanto, que começar a escrever desencadeia o movimento da literatura e contém o que seria sua essência: a falta de qualquer essencialidade. A obra acabada, por sua vez, desencadeia uma experiência desconcertante:

O autor vê os outros se interessarem por sua obra, mas esse interesse é diferente daquele que havia feito dela a pura tradução dele mesmo, e esse outro interesse muda a obra, transforma-a em algo diferente em que ele não desapareceu, ela se torna a obra dos outros, a obra em que eles estão e ele não está, um livro que toma seu valor de outros livros, que é original se não se parece com os outros, que é compreendido porque é o reflexo dos outros. Ora, essa nova etapa não deve ser negligenciada pelo escritor. Como vimos, ele só existe em sua obra, mas a obra só existe quando se torna essa realidade pública, estrangeira, feita e desfeita pelo contrachoque das realidades. Assim, ele está na obra mas a própria obra desaparece. (...) a obra é o que ele fez, não é esse livro comprado, lido, triturado, exaltado ou esmagado pela cotação do mundo.^{viii}

O desaparecimento da obra para o autor é a realização da obra no mundo. O Começo da escrita e o desaparecimento da obra

quando ela surge para o público são momentos distintos do movimento literário, reunidos pelo que Blanchot chama, em diálogo com a filosofia hegeliana, de “a própria Coisa”- “é tudo que acima da obra, sempre em dissolução nas coisas, mantém o modelo, a essência e a verdade de que ela é feita^{ix}”.

A análise torna claro como as noções de fluidez e de verdade *no tempo* presentes na *Fenomenologia do Espírito* conduzem a noção de literatura de Blanchot. A escrita literária não se deixa cristalizar em nenhuma de suas figuras, ela é o fluxo contínuo de contradições que dialeticamente se negam. O empreendimento literário tem como meta o que lhe é próprio: o movimento que em si unifica o indivíduo que escreve, o poder de negação criador, e a obra em movimento, no qual se afirma esse poder de negação e superação.

Blanchot adota a noção de movimento contínuo, de maneira formalmente análoga, ao raciocínio com que Hegel afirma que a verdade do Espírito não está em suas determinações ou figuras isoladas e sim no movimento que, negando cada uma destas figuras particulares, realiza o universal. Contra as críticas literárias que separam analiticamente autor, obra e leitor, Blanchot propõe a literatura como um movimento que une estes momentos na *persona* do escritor. O escritor, na concepção e na crítica literária de Blanchot, funciona como um operador e também como uma máscara. Para o entendimento do texto literário, Blanchot vai jogar com a toda a plasticidade da *persona* do escritor. O trabalho de crítica e de pensamento literário em Blanchot é feito a partir deste recorte: não se fala de todos os homens, nem da obra humana como um todo. Trata-se de uma abordagem metonímica, na qual o foco é alcançar a literatura pelo *escritor*.^x

O que é escritor para Blanchot? É o movimento que agrupa os diferentes momentos da literatura. Blanchot não reserva para o escritor o espaço daquele que porta a voz de um povo, tão somente

uma consciência infeliz, desesperada. Este *escritor* trabalha. Citando Hegel e Marx, Blanchot reconhece o trabalho, atividade especificamente humana, como negatividade. Por derivação inspirada em Hegel, Blanchot conclui que a escrita literária realiza-se ao negar-se. A transposição que desloca a fenomenologia hegeliana (da maneira entendida por Kojève) da obra humana em geral para a região da literatura é um dos apoios sobre os quais Blanchot buscará entender a especificidade do trabalho da escrita.

Porque o ato de fabricar uma estufa [ou qualquer outra coisa] pode ser considerado trabalho que forma e arrasta a história e por que o ato de escrever aparece como uma pura passividade que permanece à margem da história, e que a história arrasta sem querer?^{xi}

Ao elaborar esta questão, Blanchot afirma que o escritor trabalha como todo homem que trabalha, mas num grau mais eminente. Isto porque o trabalho é uma categoria negativa. Trata-se de uma negação que produz, modificando realidades naturais e humanas, uma positividade. Contudo, ao contrário do trabalhador comum, o escritor

para escrever, deve destruir a linguagem tal como é e realiza-la sob uma outra forma, negar os livros fazendo um livro com o que não são. O volume escrito é para mim uma inovação extraordinária, imprevisível, e de tal forma que me é impossível, sem escrevê-lo, imaginar o que poderia ser. É por isso que me aparece como uma experiência cujos efeitos, por maior que seja a consciência com que se produzem, me escapam e diante da qual não posso me reencontrar o mesmo, por essa razão: na presença de outra coisa eu me torno outro, mas por essa razão mais decisiva ainda: essa outra coisa – o livro- da qual eu tinha apenas uma ideia e que nada me permitia conhecer previamente, é justamente eu mesmo transformado em outro.^{xii}

À diferença do trabalho no mundo cotidiano, o trabalho de escrever não somente transforma pela negação uma realidade já dada. Dominado por uma força que extrapola a consciência, escrever transforma o próprio escritor. No livro, na obra, está impressa esta transformação. Para Blanchot, o trabalho de escrever é radicalmente transformador. Escrever é mais radical do que o trabalho em geral, pois não gera uma positividade no mundo. Sem dúvida, a obra existe. Mas ela existe não como um ato realmente negativo, destruidor e transformador de realidades. Ela existe porque realiza a impotência de negar e a recusa de intervir no mundo. Nesta recusa, a liberdade do escritor é infinita. Infinita, esta liberdade só pode ser *irreal*.

A influência do escritor está ligada a esse privilégio, o de ser senhor de tudo. Mas ele é senhor apenas de tudo, só possui o infinito, o finito lhe falta, o limite lhe escapa. Ora, não agimos no infinito, não realizamos nada no ilimitado, de maneira que, se o escritor age bem realmente produzindo sessa coisa real que se chama livro, descredita também, com esse ato, qualquer ato, substituindo o mundo das coisas determinadas e do trabalho definido por um mundo onde tudo é agora dado, e nada apresenta ser feito além de gozá-lo pela literatura.^{xiii}

A liberdade infinita da escrita literária se dá à leitura. Ler é desfrutar essa liberdade alcançada apenas de maneira irreal. O que é a possibilidade aberta pela literatura e, ao mesmo tempo, a condição de sua existência. A força de negatividade da escrita literária e sua impotência como ação política tem como contrapartida o efeito de liberação, de fruição - próprias do fenômeno estético. Contudo, Blanchot não desconsidera a proximidade da liberdade que fundamenta a ação consciente e voluntária (política) e a liberdade que fundamenta o ato da escrita. Elas têm como ponto comum a força de negação.

A compreensão do movimento da força de negação por Blanchot tem como base a leitura de Kojève sobre a Fenomenologia do Espírito. No plano fenomenológico, portanto, a negatividade é a liberdade humana. Ela só pode ser e existir como negação. A liberdade, entendida por este prisma teórico, não é uma escolha entre dois dados, ela é a negação do dado, realiza-se e manifesta-se como ação criadora. Historicamente, a conexão entre liberdade e negatividade tornou-se consciente, em sua radicalidade, nos homens de 1789 durante a Revolução Francesa. Como afirma Kojève, o mundo cristão encontra seu fim na realização abstrata da liberdade que se efetua pela Revolução Francesa e se afirma no Estado napoleônico.^{xiv}

Esta conexão permite a analogia estabelecida por Blanchot entre a ação revolucionária e a escrita literária. Em sua transposição interpretativa, o crítico francês toma emprestada a análise da ação revolucionária para fazer entender com precisão a maneira como ele pensa o ato de escrever.

A ação revolucionária é, em todos os pontos, análoga à ação tal como é encarnada pela literatura: passagem do nada ao tudo, afirmação do absoluto como acontecimento e de cada acontecimento como absoluto. A ação revolucionária se desencadeia com a mesma força e a mesma facilidade que o escritor, que, para mudar o mundo, só precisa alinhar algumas palavras. Ela tem também a mesma exigência de pureza e essa certeza de que tudo o que faz vale completamente, não é uma ação qualquer com relação a alguma meta desejável e estimável, mas a meta única, o Último Ato. Esse último ato é a liberdade, e só existe escolha entre a liberdade e o nada. É por isso que, então, a única frase suportável é: liberdade ou morte.^{xv}

Escrever e o agir político revolucionário teriam como raiz comum constituírem-se a partir da mesma força de negação que alimenta a liberdade humana. A leitura de Blanchot identifica e trabalha a força de negação em sua capacidade destruidora e

criadora. Neste sentido, a Revolução Francesa é um momento histórico decisivo, como abertura da modernidade. Ao mesmo tempo, ela oferece uma modelagem para a criação artística moderna, pois propõe simultaneamente a afirmação do absoluto como acontecimento derivado de uma ação humana e cada acontecimento como valor absoluto. Esta modelagem abre o caminho para o Terror.

Para Blanchot, a decisão pela encruzilhada entre liberdade e a morte instaura o Terror. O Terror é a liberdade universal. Politicamente, o Terror inaugura um mundo onde tudo é público e ninguém tem direito ao segredo, à vida privada. O sentido do Terror, para Blanchot, é criar este mundo no qual ninguém tem direito a uma vida individual, a uma existência efetivamente separada e fisicamente distinta.^{xvi}

Nesse mundo, a morte não é uma condenação, ela é tão somente a essência do direito de cada cidadão. No Terror, os indivíduos morrem e isto é insignificante porque a morte é o próprio trabalho da liberdade nos homens livres. A ação revolucionária movimenta “la liberté d’une tête coupée”. Nos momentos em que a liberdade é a aparição absoluta, morrer não tem importância. Esta é a “lição” que, aprendida durante o Terror na Revolução Francesa, se repete no horror das Grandes Guerras. Neste sentido, Blanchot afirma:

Os terroristas são aqueles que, desejando a liberdade absoluta, sabem que querem assim sua morte, têm consciência dessa liberdade que afirmam como da morte que realizam e por conseguinte, já que estão vivos, agem não como homens vivendo no meio de homens vivos, mas como seres privados do ser, pensamentos universais, puras abstrações julgando e decidindo, além da história, em nome da história inteira.^{xvii}

Blanchot move sua reflexão convencido do ponto de contato entre o *escritor* e o “terrorista”: em ambos encontra-se o

reconhecimento de que a morte é o ponto vazio da liberdade. O escritor se reconhece na Revolução e no Terror. Ele tem como ideal criar o instante em que a liberdade é a morte. Na escrita e no Terror, a morte retém o desejo e preocupação da criatura humana forçando um deslocamento da esfera de sentido para fora da vida. Este é o ponto de contato que une figuras díspares como Robespierre e Saint-Just a Sade. Para Blanchot, Sade foi aquele que soube reconhecer e compreender que a possibilidade da escrita literária estava ligada a liberdade radical e a morte.

Sade é o escritor por excelência; ele reuniu todas as contradições do escritor. Só: de todos os homens o mais só e contudo, personagem público e homem político importante, perpetuamente preso e absolutamente livre, teórico e símbolo da liberdade absoluta. Escreveu uma obra imensa, e essa obra não existe para ninguém. Desconhecido, mas o que ele representa tem para todos uma significação imediata. Nada mais que um escritor, ele representa a vida elevada até a paixão, a paixão transformada em crueldade e loucura. Do sentimento mais singular, mais oculto e mais privado do senso comum ele fez uma afirmação universal, a realidade de uma palavra pública que, entregue à história, se torna uma explicação legítima da condição do homem em seu conjunto. Finalmente, ele é a própria negação: sua obra é apenas o trabalho da negação, sua experiência, o movimento de uma negação, sua experiência, o movimento de uma negação furiosa, sanguinolenta, e que nega os outros nega a Deus, nega a natureza e, nesse círculo eternamente percorrido, goza de si mesmo como da absoluta soberania.^{xviii}

A reflexão blanchotiana sobre o Terror entra em cena provocando um duplo efeito^{xix}. O primeiro efeito é uma concepção de literatura que concede espaço e legitimidade aos movimentos da vanguarda literária. Com a postura defendida em *La littérature e Le droit à la mort*, Blanchot estabelece uma tradição para os movimentos literários que fazem da negatividade sua força. Tradição inaugurada

com Sade, e que passa por Hölderlin, Nerval, Baudelaire, Lautréamont, Rimbaud, Mallarmé, Kafka.

O segundo efeito é a emergência da cena da metáfora da morte como ponto de encontro entre estas duas formas antropológicas de atuação - escrever e agir politicamente. Blanchot sollicita a figura da morte tanto para definir a ação política em sua formulação mais radical (o Terror) quanto para definir a escrita literária e o escritor. E, se a figura da morte é usada para aproximá-las, paradoxalmente, é também o uso diferenciado da mesma figura que irá distingui-las. O que separa o escritor e o “terrorista”? Ao contrário do “terrorista” para quem a liberdade do poder-morrer é essencialmente transfigura-se em poder-matar; para o escritor poder-morrer é a possibilidade de poder- escrever.

O escritor se sente presa de uma força impessoal que não o deixa viver ou morrer: a irresponsabilidade que ele não pode superar torna-se a tradução dessa morte sem morte que o espera à beira do nada; a imortalidade literária é o próprio movimento pelo qual, até no mundo, um mundo minado pela existência bruta, se insinua a náuse de uma sobrevivência que não é uma, de uma morte que não põe fim a nada. O escritor que escreve uma obra se suprime nessa obra e se afirma nela. (...) Ao realizar o vazio, criamos uma obra, e a obra, nascida da fidelidade à morte, no final já não é capaz de morrer e a quem quis preparar-se uma morte sem história só traz o desdém da imortalidade.^{xx}

Muito próximo a Hegel, Blanchot enlaça a linguagem à liberdade e à morte, entendendo que o sentido da palavra está sempre ligado a uma aniquilação. Como maravilha inquietante, a linguagem oferece significado ao que suprime. “A palavra me dá o ser, mas ele me chegará privado de ser. Ela é a ausência da palavra desse ser, seu nada, o que resta dele quando perdeu o ser, isto é, o único fato que ele não é.”^{xxi}

No que consiste a singularidade da interpretação da filosofia hegeliana de Blanchot? Para o Blanchot de *La littérature et le droit à la mort*, assim como para Bataille em, por exemplo, *L'expérience intérieure*, trata-se antes de tudo da leitura de Kojève sobre a filosofia hegeliana. Esta leitura tem como propósito fazer uma apresentação total da filosofia hegeliana e da experiência humana tendo como horizonte o fim da história. Por sua vez, Bataille - que apresentou o pensamento de Kojève a Blanchot - pensa a possibilidade do Sagrado e da soberania no mundo pós-guerra segundo uma exigência antropológica, estando sempre atento à negatividade sem emprego traduzida pelo riso e pelo gozo.^{xxii}

Já Maurice Blanchot transpõe a totalidade do movimento hegeliano para a região antropológica da literatura. Centralizando a figura do escritor, ele transforma o trabalho de escrita na forma de trabalho por excelência. Nesta transposição, sua leitura se singulariza. Ele extrai, da leitura de Kojève, uma concepção de literatura autônoma e legítima calcada em um uso específico da metáfora da morte, concebendo um *escritor* submetido à estranha condição de, já estando morto, estar condenado a trabalhar (escrever) para morrer infinitamente.^{xxiii}

A Literatura é uma forma de ocupação antropológica que realiza no escritor um modo de efetivação do estar-no-mundo livre somente na medida em que a experiência se mantém presa à negatividade dialética da linguagem: questionamento, aniquilação, superação e conservação da vida ausente.

Indeferida pela história, a literatura joga por um outro lado. Se não está realmente no mundo, trabalhando para fazer o mundo. É porque, por sua falta de ser (de realidade inteligível), ela se relacionada com a existência ainda desumana. Sim, ela reconhece, existe em sua natureza um deslizamento estranho entre ser e não ser, presença, ausência, realidade e irrealidade. O que é uma obra? Palavras reais e uma história imaginária, um mundo onde tudo o que acontece é tirado

da realidade, e esse mundo é inacessível. Personagens que se querem vivos, mas sabemos que sua vida é feita de não viver (de permanecer na ficção); então, um puro nada? Mas o livro está ali, nós o tocamos, as palavras são lidas, não podemos muda-las; o nada de uma ideia, do que só existe compreendido? Mas a ficção não é compreendida, é vivida sobre as palavras a partir das quais se realiza, e é mais real, para mi que a leio ou a escrevo, do que muitos acontecimentos reais, pois se impregna de toda a realidade da linguagem e se substitui à minha vida, à força de existir.^{xxiv}

Numa época em que o esquecimento se torna a forma política possível, Blanchot constrói esta concepção da literatura como abertura, uma revelação dentro do vazio do esquecimento que, ao mesmo tempo, conserva-se como uma impostura. Finalmente, em *La littérature et le droit à la mort*, anuncia-se a literatura como espaço literário. A análise de *La littérature et le droit à la mort* apontou para a relação metafórica entre poder-morrer e poder-escrever, que culmina na situação de um *escritor* situado como centro tenso de uma dialética decapitada, descrevendo o movimento do fenômeno literário e seu encontro com a metáfora da morte.

Notas e referências

* Doutoranda do Programa de História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica (Puc-Rio), orientada pelo Professor Doutor Luiz Costa Lima.

Contato: alinealinemp@yahoo.com.br

i Para um maior aprofundamento acerca das políticas editoriais e circulação de revistas na França do imediato pós-guerra, bem como da importância do papel destas revistas para a reconstrução do ambiente cultural francês Cf. *Histoire de l'édition française* 4. Le Livre concurrenté 1900-1950. sous la dir. de Henri-Jean Martin, Roger Chartier et Jean-Pierre Vivet Paris : Promodis, 1986 p. 143-155.

- ii Blanchot, Maurice. *La part du feu*, Paris, Gallimard, 1949,. A partir deste momento, para citações literais, *A parte do fogo* – tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro, Rocco, 1997; a referência ao original segue entre colchetes. Para as demais citações a referência é a obra original, indicada por (a).
- iii Blanchot, M. *idem*. p. 305 (a).
- iv Blanchot, M. *idem*, p. 292 [p. 306].
- v Alexandre Kojève entre 1933 à 1939 à *l'école des Hautes-Études* (EHESS) proferiu uma série de seminários sobre a Fenomenologia do Espírito. As anotações destes cursos foram posteriormente reunidos em *Introduction à la lecture de Hegel. Através dos seminários, mas também através de sua atividade intelectual na revista Recherches philosophiques*, Kojève marca profundamente a comunidade universitária dos anos 30-50 na França, fixando por algumas décadas, até mais ou menos o fim do século XX, uma imagem de Hegel. Os seminários tiveram como ouvintes, entre outros, Georges Bataille, Raymond Queneau, Gaston Fessard, Maurice Merleau-Ponty, Jacques Lacan, Raymond Aron, Roger Caillois, Éric Weill, Georges Gurvitch, Raymond Polin, Jean Hyppolite et Robert Marjolin. Cf. Jarezyk, Gwendoline e Labarrière, Pierre-Jean. *De Kojève à Hegel – Cent cinquante ans de pensée hégélienne em france*. Paris: Éditions Albin Michel, 1996. P. 29 e ss
- vi Blanchot, M. *idem*. p. 307 (a)
- vii Hegel, G [1807] HEGEL, G.W.F. In. *Prefácio à Fenomenologia do Espírito*. Tradução: Henrique Cláudio de Lima Vaz. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 305.
- viii Blanchot, M. *idem*. p. 296 [p. 310].
- ix Blanchot, M. *idem*. p. 312 (a).
- x Blanchot, M. *idem*. p. 315-316 (a).
- xi Blanchot, M. *idem*. p. 304 [p. 318].
- xii Blanchot, M. *idem*. p. 303 [p. 317-318].
- xiii Blanchot, M. *idem*. p. 305 [p. 319].

- xiv Cf. KOJÈVE, Alexandre. *Introduction à la lecture de Hegel: Leçons sur La Phénoménologie de l'Esprit professées de 1933 à 1939 à l'école des Hautes-Études réunies et publiées par Raymond Queneau*. Paris: Gallimard, 1947. Tradução brasileira: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Contraponto, 2002.
- xv Blanchot, M. *idem*, p. 307 [p. 322].
- xvi Blanchot, M. *idem*, p. 322] (a).
- xvii Blanchot, M. *idem*. p. 308 [p. 323].
- xviii Blanchot, M. p. 324 (a).
- xix A ideia de Terror está diretamente relacionada ao livro *Les Fleurs de Tarbes*, em que Jean Paulhan defende que a ojeriza a qualquer convenção literária, iniciada com o romantismo moderno e, por fim, transformada em um tipo de neurose na literatura da alta modernidade era uma forma de terror. O terror seria, explicitamente, a preeminência do pensamento sobre as regras e uso da linguagem. Blanchot publica um artigo sobre a obra de Jean Paulhan^{xix}, chamado *Le mystère dans les lettres*, publicado em 1941 no *Journal des débats*, foi re-publicado, assim como *La littérature et le droit à la mort*, em *La part du feu*. A interpretação de Blanchot radicaliza o argumento de Paulhan, e afirma o “terror” como exatamente o que a literatura tem de mais próprio.
- xx Blanchot, M. *idem* 341-342 (a).
- xxi Blanchot, M. *idem*. p. 311 [p. 325]).
- xxii Cf. BATAILLE, G. *L'expérience intérieure*. [1943] Paris, Gallimard, 2009.
- xxiii Blanchot, M. *idem*. p. 339 (a)
- xxiv Blanchot, *idem*. p. 341 (a)